

PARA UMA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: PERSPECTIVAS DUMA PESQUISA HISTÓRICO- PEDAGÓGICA (A PROPÓSITO DE UM NOVO ACERVO DOCUMENTAL)

FRANCISCO DA GAMA CAEIRO *

CAEIRO, Francisco da Gama. Para uma história da educação brasileira: perspectivas duma pesquisa histórico-pedagógica (a propósito de um novo acervo documental) *Rev. Fac. de Educ.*, São Paulo, 4(1): 35 a 61, 1978.

RESUMO: Incorporando ao acervo documental da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo cópias fotográficas de documentos referentes à Educação Brasileira, cujos originais se conservam em arquivos portugueses, o Autor desenvolve considerações em torno da pesquisa histórico-pedagógica, no intuito de esclarecer questões de caráter teórico e prático que a esta são afinentes. Após salientar o muito que ainda se encontra por estudar nessa área da história pedagógica, dado o escasso conhecimento das fontes, o imperfeito levantamento bibliográfico e a deficiente organização dos acervos documentais, estabelece as bases para uma metodologia apropriada de pesquisa. Ocupa-se do comentário analítico e da apreciação histórico-pedagógica e, em sentido lato, cultural também, da documentação agora integrada ao referido acervo. Salienta, em especial, o conjunto de textos inexplorados das teses do colégio jesuíta do Maranhão, o epistolário inédito de Frei Manuel do Cenáculo e ainda a documentação de natureza cultural, refletindo preocupações do Iluminismo e Regalismo da segunda metade de Setecentos, nomeadamente no que toca ao bispo de São Paulo, Frei Manuel da Ressurreição e ao Governador Morgado de Mateus.

PALAVRAS-CHAVE: BRASIL. FONTE DE INFORMAÇÃO. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. MÉTODO DE PESQUISA.

I

INTRODUÇÃO

Ao ser incorporado novo fundo, na *Seção de Documentação e Informação* da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, constituído por reproduções fotográficas de documentos inéditos e de impressos de extrema raridade, com interesse para uma história das Idéias e da

* Professor Colaborador de História da Educação, do Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de SP.

Educação no Brasil, aproveitamos o ensejo para as presentes considerações e informes, na suposição de que tanto estes, dando uma primeira e sumária notícia das espécies relacionadas, como aquelas, fruto de nossa reflexão, pudessem servir de estímulo ao pesquisador.(1)

Na área das disciplinas da Educação, o estudo de sua História faculta-nos a perspectiva indispensável para o devido conhecimento e correta apreciação das realidades educativas atuais.

Dentro desse vasto domínio histórico, merece particular atenção, no caso do Brasil, o exame dos temas conducentes a um mais perfeito esclarecimento e compreensão do significado e valor de sua cultura intelectual hodierna.

Os aspectos anteriormente focados assumem, no caso da História da Educação Brasileira, o mais relevante interesse: é que, para a organização das condições convenientes da pesquisa nesta área de estudos, se torna indispensável conhecer a documentação — e a ela ter o respectivo acesso, por meio dos modernos processos de reprodução fotográfica (como a microfilmagem) — que se encontra dispersa, em várias bibliotecas e arquivos, não só do Brasil, como de outros países americanos e europeus, e, de modo singular, em Portugal.(2)

(1) Em janeiro e fevereiro de 1978, aproveitando o período de férias escolares, levamos a efeito, em Portugal, com auxílio concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, uma pesquisa documental, com vista à obtenção de reproduções fotográficas de documentos inéditos existentes em arquivos portugueses, que interessam à História da Educação Brasileira. O acervo assim reunido — que corresponde apenas a uma primeira fase dum plano mais vasto de recolha documental — encontra-se na Faculdade de Educação da USP.

(2) A mero título de ilustração do que se afirma, quanto ao alcance duma pesquisa de âmbito internacional, de carácter científico, se refere um convite, que recebemos em outubro de 1975, do Professor Ignacio Angelelli, do Departamento de Filosofia da Universidade de Texas, Austin (U.S.A.) para participar num "Comité internacional", em formação, que visa reunir investigadores, sob os auspícios da UNESCO, e com o apoio do Institute of Latin American Studies, da Universidade de Texas, e "cujo fim poderia genericamente descrever-se como história das idéias na época colonial da América Latina (predominantemente Filosofia e Teologia escolástica) e preservação de bibliotecas e materiais pertinentes" (carta de 29.X.75). Desse "comité internacional", como representantes das diversas áreas culturais, fariam também parte:

Dr. Hans Burkhardt, Erlangen

R. P. V. Muñoz, Salamanca

Prof. L. Robles, Valencia

D. Angel D'Ors, Pamplona

Prof. B. Navarro, Univ. de Mexico (especialista)

R. P. Vargas Ugarte S. J., Lima (especialista)

Dr. Walter Redmond, Univ. de las Americas, Puebla, Mexico (especialista)

Dr. Larry Hickman, Texas A & M University.

Não merece a pena repetir o que já é conhecido: mas vale lembrar alguns depoimentos elucidativos — pois é impressionante, considerado no seu conjunto, o tomo gigantesco da documentação existente em arquivos e bibliotecas portuguesas referentes ao Brasil: bastaria citar o artigo recente de Caio Cesar Boschi(3), os trabalhos fundamentais de José Honório Rodrigues(4), e de Américo Jacobina Lacombe(5).

Em uma *História da Educação Brasileira*, numa visão abrangente suficientemente ampla, a par de outras importantes linhagens espirituais indígenas e alienígenas cuja genealogia importa ter presente, recortam-se, com particular realce, os fatores relacionados com suas raízes culturais lusíadas.

O tema da cultura intelectual portuguesa, desde seus primórdios até ao primeiro quartel do séc. XIX, na perspectiva da História da Inteligência Brasileira, na qual se integra a da Educação, oferece assim interesse primacial e apresenta-se como filão fecundo de pesquisa, bem longe ainda de suficientemente explorado.

O tratamento desse temário desdobra-se em dois feixes distintos de questões, quer de reflexão teórica, quer de pesquisa documental.

Do progressivo aprofundamento das duas áreas de estudo — por brasileiros e portugueses, em desenvolvimento paralelo — tornar-se-á possível estabelecer o relacionamento e complementaridade daquelas, em diferentes e mais precisos moldes de entrosamento.

Para a sólida fundamentação duma tarefa desta natureza, terão de se examinar com acribia os diferentes supostos teóricos da problemática da História da Cultura e da Filosofia da Cultura — tais como as relações entre pensamento e sua expressão formal, que envolvem a elucidação duma série importante de questões, dentro do âmbito duma Teoria da Linguagem, passando pela análise das estruturas comunicantes duma língua (no caso, a portuguesa), tema da maior relevância para a reflexão filosófica contemporânea.

Numa conveniente e rigorosa metodologia interdisciplinar, deve aqui tratar-se das articulações impostas pelas achegas decorrentes de diversas áreas de conhecimento, como as da Filosofia da Cultura, da Filosofia da

-
- (3) BOSCHI, Caio César. O Brasil nos arquivos e bibliotecas de Portugal; levantamento bibliográfico crítico dos arquivos e bibliotecas de Portugal, úteis ao pesquisador da História do Brasil. In: *Revista de História*, São Paulo, (101):343-400, 1975.
- (4) RODRIGUES, José Honório. Bibliografia sobre os arquivos estrangeiros. In: *A Pesquisa Histórica no Brasil*. São Paulo, 1969, p. 210-36.
- (5) LACOMBE, Américo Jacobina. *Introdução ao estudo da história no Brasil*. São Paulo, 1974, p. 1-67.

Educação, da Filosofia da Linguagem, ou as da Estética e Teorias da Arte e as da Espiritualidade religiosa (v. g., os padrões do gosto, o espírito das formas em Arte, a sensibilidade estética e religiosa, a evolução das cosmovisões), ou da Sociologia e da Antropologia, entre muitas outras.

O plano da investigação histórica — que apoia e confirma os assentamentos teóricos atrás delineados — abrange, assim, o exame não só das linhagens de pensamento filosófico e das doutrinas pedagógicas em Portugal (com especial relevo para o período posterior a 1500), como ainda os meios instrumentais que veicularam o ensino (sobretudo o livro, o tratado didático e sua difusão, inventários de bibliotecas).

Por último, teríamos a considerar o estudo das instituições pedagógicas portuguesas, incluindo a organização do ensino, nos vários níveis, os programas, a legislação e regulamentos escolares, com especial ênfase para a Universidade de Coimbra, conhecido o seu relevante papel na formação intelectual de gerações estudantis brasileiras.

Merece peculiar cuidado, a este respeito, a pesquisa, nos diversos “fundos” das bibliotecas e arquivos que recolheram no Brasil, em Portugal e no Estrangeiro, o espólio daquelas corporações religiosas que enviavam seus filhos em missão evangelizadora para as Terras de Santa Cruz. Do mesmo modo, e por idênticas razões, importa conhecer, caso por caso se possível, com minuciosa exatidão biográfica, as migrações dos mestres portugueses que demandaram o Brasil e bem assim o movimento dos escolares que, oriundos destas terras, freqüentaram os Estudos portugueses, sobretudo em Coimbra.

A detida exegese de textos científicos e literários, pertencentes à vasta gama de tratados das disciplinas triviais e quadriviais, pelos quais sucessivas gerações de portugueses não só colheram a “informação” de uma cultura, como sobretudo a “formação” moldadora de suas mentalidades e sensibilidades, é ainda hoje um manancial quase inexplorado e que nos ajuda a explicar a transposição, para o Brasil, com esses homens que para cá vieram, das formas de pensar, das concepções do Mundo e da Vida, das reações perante o meio ambiente, dos padrões do gosto artístico e da sensibilidade religiosa. Nesse sentido, não só a evolução das correntes de pensamento, como a História das Idéias Estéticas, e ainda como a das linhagens de Espiritualidade religiosa, em Portugal, estão indissociavelmente ligadas, pela sua contribuição esclarecedora, ao estudo global e integrador das origens da Educação brasileira, na sua mais ampla acepção.

Finalmente, ainda por outra vertente nos importa a análise dos textos significativos da cultura intelectual lusitana — cujo apodo de “clássicos” os faz geralmente relegar para a veneranda prateleira do esquecimento.

Atendendo ao imperfeito inventário dos abundantes recursos da Língua portuguesa para uma clara expressão filosófica e pedagógica, tecnicamente

rigorosa, e bem assim para a conveniente formulação verbal dos demais conceitos de ordem teórica e estética, mostra-se da maior urgência, neste preciso momento, — que é o duma incrítica e geral desorientação lexicográfica, prejudicial à constituição indispensável duma nova terminologia filosófica e científica — o aproveitamento, a esta nova luz, dos referidos “clássicos”.

Apresenta-se assim, como empresa de alcance indiscutível e inadiável, o avanço do recenseamento sistemático de vocábulos, extraídos das obras de autores portugueses e brasileiros, antigos e modernos, de filósofos, de pedagogos, de pensadores de diversa índole, de plasmadores fidedignos da cultura intelectual da época, como teólogos e juristas, ou de outras fontes literárias, narrativas e legais, até mesmo de traduções autorizadas de textos importantes de Filosofia, de tratados de Retórica e das Artes, com valor para a correta expressão do pensamento pedagógico, estético ou filosófico em língua portuguesa.

No seguimento de algumas recentes e importantes iniciativas no domínio lexicográfico-filosófico (não podem esquecer-se as devidas aos professores e estudiosos brasileiros, como Luis Washington Vita, Carlos Lopes de Mattos, Mário Leônidas Casanova, Lólio Lourenço de Oliveira e J. B. Damasco Penna, entre outros), seria de não descuidar o referido aproveitamento, com vista a apresentar nova e válida “contribuição” para um Vocabulário Português de Filosofia, Pedagogia e Estética, cuja inexistência representa, cada vez mais, lacuna gravosa para a inteligência luso-brasileira.

II

APONTAMENTOS SOBRE O ACERVO DOCUMENTAL

Além de nosso comentário analítico, daremos uma primeira e rápida notícia do material coletado, a título de descrição provisória, sem prejuízo do registro definitivo que venha a ser elaborado pela Seção de Documentação e Informação com critério tecnicamente rigoroso sob o ponto de vista arquivístico. (6)

(6) Quando não for feita expressa menção em sentido diferente, o material adiante referido encontra-se em microfilme negativo de 15 mm.

Foi efetuada detida revisão, no sentido de confirmar o número e o grau de nitidez das imagens reproduzidas. Apenas em raros casos, por o documento fotografado se encontrar com caracteres muito delídos, a leitura apresenta alguma dificuldade.

CAEIRO, Francisco da Gama. Para uma história da Educação brasileira: perspectivas duma pesquisa histórico-pedagógica (a propósito de um novo acervo documental), *Rev. Fac. Educ.*, São Paulo, 4(1): 35 a 61, 1978.

EPISTOLÁRIO DE CENÁCULO:

CORRESPONDÊNCIA DIRIGIDA DO BRASIL A FREI MANUEL DO CENÁCULO VILAS-BOAS (Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora).

Obs.: São 311 reproduções fotográficas, em positivo e tamanho natural, de 22x33 cm., referentes a 96 cartas enviadas do Brasil ao Bispo de Beja, mais tarde Arcebispo de Évora, D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas, num período que vai desde 1758 até 1812, e, ainda, 13 cartas dirigidas ao sucessor deste.

Será talvez difícil avaliar, em toda a sua extensão, da exata importância deste epistolário para a história da Inteligência brasileira, antes de ser publicado na íntegra. O Bispo Cenáculo fora um dos grandes colaboradores de Pombal, uma das eminências-pardas das reformas pedagó-

De modo geral, a execução técnica do trabalho apresenta muito boa qualidade. Cada imagem corresponde à fotografia de um fólio do manuscrito.

O fundo documental em apreço, que reúne 2.855 imagens de reproduções fotográficas, quer em positivo e tamanho natural, quer em microfilme de 15 mm., teve a seguinte procedência (a ordem de citação obedece à seqüência adiante adotada na discriminação das espécies):

<i>Arquivo</i>	<i>N.º de imagens</i>
Biblioteca Pública de Évora	311 imagens
Arquivo Particular	5 "
Biblioteca Pública de Évora	162 "
Biblioteca da Ajuda de Lisboa	16 "
" " " " "	3 "
" " " " "	3 "
Arquivo particular	10 "
Arquivo do Tribunal de Contas	387 "
" " " " "	552 "
" " " " "	221 "
" " " " "	255 "
" " " " "	353 "
" " " " "	26 "
" " " " "	157 "
" " " " "	215 "
Arquivo Histórico Ultramarino	109 "
" " " " "	10 "
" " " " "	5 "
" " " " "	32 "
" " " " "	9 "
" " " " "	14 "

Total:

2855 imagens

gicas então propostas, e, por fim, Presidente da Real Mesa Censória, cuja atuação se estendia ao Brasil.(7)

As cartas que daqui lhe eram dirigidas, por diversas personalidades — quase todas com diretas responsabilidades em atividades da Igreja e da Educação — encaminhando consultas, solicitando pareceres, ou prestando informes sobre as realidades decorrentes no Brasil, permitem compreender as reais preocupações da população, a descoordenação que por vezes se notava entre as diretrizes dirigidas de longe e a sua aplicação na prática cotidiana, atritos de sensibilidade entre professores régios enviados do Reino e as novas camadas sociais de gente culta do País, o papel atuante exercido pelas ordens religiosas na Instrução (aliás, está ainda por escrever o capítulo, numa História da Educação Brasileira, dos esquemas pedagógicos alternativos, dos recursos paralelos, antes e depois da expulsão dos jesuítas, em 1759), os conflitos de competência, em matéria de jurisdição do Ensino, entre autoridades civis e religiosas, enfim, a entrada aqui de obras literárias que iam difundindo o “Novo Método”, as repercussões das reformas de ensino e do Regalismo no período de Pombal.(8)

Obs.: Do mesmo acervo, fazem ainda parte 13 cartas escritas entre 1814 e 1816, ao sucessor de Cenáculo no Arcebispado de Évora, e que nos pareceu de interesse adicionar, dada a nova e decisiva fase que o Brasil atravessava então, com a presença da Corte no Rio e as modificações culturais que se verificaram.

Provenientes do Arquivo de nossa casa familiar, acrescentamos a este epistolar, duas cartas inéditas, — sobre a atuação pedagógica de Cenáculo e o funcionamento do Real Colégio dos Nobres — uma, minuta de carta do 1.º Conde de São Payo a Fr. Manuel do Cenáculo, e outra, autógrafa deste, em que respondia àquela, de 28 de Fevereiro de 1775 (5 fotocópias, 20 x 36 cm.).

-
- (7) Para a relevância do seu papel pedagógico, no contexto cultural português, cfr. o nosso estudo — CAEIRO, Francisco da Gama. *Frei Manuel do Cenáculo*; aspectos da sua formação filosófica. Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1959. xx, 352 p.
- (8) Veja-se, para referência: BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA, comp. *Catálogo da correspondência dirigida a Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas*. Évora, 1944. v. 1-4. As espécies deste núcleo documental, bem como as do seguinte, serão devidamente discriminadas com suas cotas no respectivo catálogo a elaborar oportunamente. Alguns dados, sumariamente apontados, extraídos deste vasto manancial, serviram ao nosso artigo: CAEIRO, Francisco da Gama. A vida intelectual em São Paulo no século XVIII: dados para uma previsão histórica. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 19, fev., 1978. Suplemento Cultural, 70.

27 TESES DE FILOSOFIA DO COLÉGIO DO MARANHÃO.

Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora.

Obs.: Constituído por 162 reproduções fotográficas, em positivo, de 22 x 33 cm., este núcleo de 27 Teses acadêmicas, abrangendo os anos letivos de 1722 até 1731, compõe o mais importante acervo documental para se avaliar das orientações dos jesuítas, no ensino da Filosofia, durante o período colonial no Brasil. (9)

Como é sabido, as *Teses* eram opúsculos, geralmente impressos, em latim, cujo conteúdo, extraído da matéria das aulas, servia de programa tanto nas provas a que os estudantes tinham de sujeitar-se, como nos atos destinados a solenizar certos acontecimentos. As *Teses* (também designadas *conclusões*, *disputas*, *resoluções*, *asserções*, etc.) apresentavam no rosto o nome de um professor, como *presidente*, e de um, ou mais alunos, como *defendentes*. A maioria destas Teses são de considerável extensão (4, 6 págs.) e sempre indicam o nome do mestre que a elas presidiu e ao qual pertencia a responsabilidade das afirmações, e, na maioria dos casos, também o nome do aluno, ou alunos, que as defenderam em atos acadêmicos.

Revestem-se assim estes raríssimos documentos (muitas teses desapareceram já, devido à diminuta tiragem do folheto) de máximo interesse para se conhecer as efetivas orientações do ensino no Brasil, as opiniões dos mestres de Filosofia, o registro da presença dos alunos graduados, o nível científico e o grau de atualização pedagógica do Colégio — um estudo que, na verdade, cumpre urgentemente realizar.

MEMÓRIA DOS JESUITAS A ALEXANDRE VII, A PEDIR AUTORIZAÇÃO PARA PODEREM CONFERIR GRAUS DE FILOSOFIA E TEOLOGIA AOS SEUS ALUNOS NA AMÉRICA.

Cota: Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Ms. 46 — X — 8, fls. 10-17.

Obs.: São 16 reproduções fotográficas em positivo, de 22 x 30 cm., sobre o memorial das iniciativas desenvolvidas em Roma pela Companhia de Jesus para criar estudos universitários na América.

As diligências referem-se aqui, mais diretamente, a áreas de expressão espanhola, mas, como é sabido, o interesse na criação desses estudos estendia-se também ao Brasil — como decorre do manuscrito seguinte —

(9) Algumas destas Teses encontram-se indicadas sumariamente, e com certas inexatidões, em: COSTA, M. Gonçalves, Pde. *Inéditos de filosofia da Biblioteca de Évora*. Évora, 1951. Separata de *A Cidade de Évora*: boletim. Évora (23-26): 17-21, 1951.

CAEIRO, Francisco da Gama. Para uma história da Educação brasileira: perspectivas duma pesquisa histórico-pedagógica (a propósito de um novo acervo documental), *Rev. Fac. Educ.*, São Paulo, 4(1): 35 a 61, 1978.

e, logo, para a resolução favorável desta pretensão, tinha importância a decisão que Roma viesse a tomar sobre a América Latina. (10)

ASSENTO SOBRE UMA RESOLUÇÃO DA MESA DA CONSCIÊNCIA ACERCA DA UNIVERSIDADE NO BRASIL EM 11 DE FEVEREIRO DE 1670.

Cota: Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Ms. 51 — V — 75, fl. 22-23.

Obs.: São 3 reproduções, em positivo, de 22 x 33 cm., sobre a criação da Universidade no Brasil: a pretensão fora apresentada pelo Procurador do Estado do Brasil ao Príncipe D. Pedro, em julho de 1669, mencionando o documento as razões oficiais que levaram à rejeição da iniciativa.

MISCELANEA: "MESA DA CONSCIÊNCIA. DECRETOS, RESOLUÇÕES DE CONSULTAS E ASSENTOS DELLA. DESDE A SUA CREAÇÃO ATHE O ANNO DE 1726. POR D. LAZARO LEITÃO ARANHA (...)

Cota: BAL, Ms. 51 — VI — 52, fols. 786, 997 e 1.000.

Obs.: Consta de 3 reproduções, em positivo, de 22 x 30 cm. Deste códice miscelâneo se extraem preciosas informações sobre o regime que vigorava no Brasil, no séc. XVII, para os estudantes de Filosofia e o reconhecimento de cursos ministrados em determinados períodos letivos: por exemplo — "Anno de Filosofia da Bahia se leva geralmente em conta em 1 de Janeiro de 1677. (...)".

O assunto liga-se com a equivalência dos estudos ministrados no quadro das Ordens religiosas, no Brasil (Franciscanos, nomeadamente), para efeitos de acesso à Universidade, aspecto muito importante e ainda insuficientemente averigüado.

CORRESPONDENCIA DE LIVREIROS DE SÃO PAULO NO SÉCULO XVIII.

Obs.: São 10 fotocópias de documentos originais (20 x 36 cm.), provenientes de nosso Arquivo familiar. (11)

Os primeiros livreiros são apenas uma parcela — e cremos que não a mais importante — de um conjunto mais vasto e complexo que constitui

(10) Para referência, cfr. FERREIRA, Carlos Alberto. *Inventário dos manuscritos da Biblioteca da Ajuda referentes à América do Sul*. Coimbra, 1947. p. 313-14; 335-36.

(11) Da importância histórico-cultural e pedagógica deste fundo documental (de que apenas se inclui a reprodução de 6 cartas e anexos, enviadas de São Paulo entre 1794 e 1796) nos ocupamos especificamente no nosso artigo: CAEIRO, Francisco da Gama. Primórdios da vida intelectual em São Paulo: livros e livreiros no século XVIII. *O Estado de São Paulo*, 12, mar., 1978. Suplemento Cultural, 73.

o quadro da vida intelectual de São Paulo, na segunda metade do século XVIII. Mas, se se examinar o caso — banal à primeira vista — de um livreiro que exportava sua mercadoria de Lisboa para o Brasil, a uma luz diferente, então o fato se prende com o da circulação das idéias e dos livros, com as influências européias que chegavam, com os motores ideológicos que acompanharam importantes transformações históricas.

Falta ainda o estudo em profundidade — sob o ponto de vista social, econômico, técnico, cultural e artístico — de uma história do livro e da ação dos livreiros de Portugal, do grau de influência por estes exercida no Brasil — não obstante a inegável importância dessa análise para a mais correta compreensão da época.

A presente documentação revela alguns aspectos da correspondência inédita do famoso editor Rolland com entidades do Brasil, e nomeadamente de São Paulo.

Mas, com o exame da documentação referente a um caso isolado de editor, pretendemos sugerir o processo de análise que, em nosso entender, é extensivo a toda a pesquisa nesta área e deveria ser sistematicamente prosseguido. Afigura-se de indiscutível interesse para a cultura luso-brasileira o estudo monográfico da atuação dos impressores e livreiros, portugueses ou estrangeiros radicados em Portugal (estes na maioria franceses), e bem assim conhecer a descendência dessas famílias, muitas delas ligadas durante gerações sucessivas ao mesmo ramo de negócios, e qual terá sido a evolução das empresas, a rede expansiva de agências e sucursais — como no caso dos Rolland, Borel, Bertrand, Martin, Orcei, para só recordar alguns.

Francisco Rolland contava apenas vinte anos quando se estabeleceu em Lisboa, em pleno século XVIII, como livreiro-editor. Pode relacionar-se a chegada a Portugal deste emigrante da província francesa (de Saint-Antoine de Vallouise, Briançon) e seu rápido êxito profissional, com as francas possibilidades do mercado de trabalho que o meio português lhe oferecia.

Seria esclarecedor analisar, através de indicadores estatísticos e dados contábeis que a documentação disponível faculte, a produção editorial, a evolução das tiragens de exemplares, a rede de clientes desta firma (e o mesmo se diga para o caso das empresas congêneres). Tendo em atenção um critério histórico-literário, seria igualmente relevante a apreciação, não só quantitativa como qualitativa, das muitas traduções e reedições de autores clássicos (fenômeno ligado com os padrões do gosto neo-classicizante da época), as versões de textos didáticos, filosóficos e morais, os títulos novos na área dos ensinamentos práticos e da tecnologia. Panorama de interesses, explicável em parte pelos condicionalismos internos do País, mas, em outra parte também, determinado por fatores externos, sobretudo

pela crescente influência cultural francesa (que mais se havia de afirmar, ao longo do século XIX).

Pelo que toca ao Brasil, o tema merece detida atenção — pois os livros exportados para aqui, veículos de cultura por excelência, vinham trazendo, embora por via indireta, novo gosto e sensibilidade “afrancesada”.

A presença, no Reino, destes livreiros vindos de França parece ligar-se, até certo ponto, a uma política de fomento econômico e industrial do País, perfilhada por D. José I e D. Maria I. O alcance desse programa desenvolvimentista, sob a égide pombalina, tem sido ultimamente sujeito a revisões, mas, em alguns casos concretos, parece inegável a intenção de a Coroa estimular a colaboração de empresários estrangeiros em setores carecentes de tecnologia mais avançada. São conhecidos os privilégios e mercês régias, de natureza econômica e social, de que alguns desses estrangeiros desfrutavam. Aos Rolland, por exemplo, concedera D. José I *pragmáticas*, que permitiam à família o uso de certos vestuários, carruagens e criados, que eram prerrogativas próprias da Nobreza.

Por mero acaso, descobrimos em nosso arquivo de família, conjuntamente com o aludido fundo de correspondência do famoso livreiro, o *primeiro* livro de contabilidade, de conta-corrente, do período em que se constituiu a Tipografia Rollandiana — exemplar raríssimo, acompanhado de copiosa documentação de apoio, própria de uma escrita comercial organizada.

Pela conjugação das diferentes espécies de documentos, podemos reconstituir o processo de comercialização aplicado pela firma no Brasil e que supunha a existência de agentes e de sub-agentes com funções intermediárias. Esse fato deixa antever a existência de uma rede de interesses mais ampla e diversificada, para além da simples relação estabelecida entre um fornecedor de mercadorias e seus compradores. Livreiro de profissão, em fins do século XVIII, é sabido que existia apenas um, em São Paulo. Este fazia seus pedidos de encomenda ao agente que Rolland tinha nesta cidade, o Tenente-Coronel João Vicente da Fonseca, o qual depois os transmitia para Lisboa, conforme se infere da carta de 15 de Março de 1796: “*Incluzo achará V. Mercê huma rellação, ou receita de livros, que me pede aqui o unico livreiro que há na terra; se a V. Mercê fizer conta remittella, estimarei de servir o dito e a V. Mercê causar algum interesse, pela sua importância eu me obrigo, por que he homem de toda a verdade*”. Dois anos antes, porém, Fonseca requisitava diretamente os livros, sem nomear destinatário, como se fosse ele próprio interessado na comercialização: “*Como V. M.^e não mandou as 2.000 licenças, que lhe pedi, nada mais desta incomenda; assim como os livros de Tatica, se ao receber desta, não tiver remetido*”.

João Vicente da Fonseca não é livreiro, apenas procurador ou agente de negócios da casa Rolland: "... Tenho dado a V. Mercê — escreve ele em 13 de fevereiro de 1794 — *uma inteira solução dos seus negócios*", ou ainda, como afirma em outro passo: "... *mas como sou infeliz nos meus negócios, porque não é o meu ofício...*".

Disponha de relações influentes no Reino, onde contava com amigos, para lhe valerem, designadamente, no litígio que tinha pendente em São Paulo com a Junta regional, suscitado — parece — no exercício do seu cargo de fiscalização da Fazenda. Daí, — confidenciava ele em carta a Rolland — continuar "*esperando o que Sua Magestade mandar, fiado na superabundante justiça que me assiste, e na diligência dos meus amigos de lá; ... me parece que cada vez com mais bizzarria sirvo à minha Soberana*" (D. Maria I); e despedia-se, incumbindo o editor amigo: "*dê-me saudades, aos honrados heroes, dessa assemblea, que bem vezes della me tenho lembrado, com as revoluções da Europa, que por cá são nestas terras*".

Da correspondência se conclui também que os livros chegavam a São Paulo, depois de remetidos de Lisboa para o Rio — e aí, um agente os reexpedia, por via marítima, até Santos, onde deviam passar pela alfândega. A complexidade do circuito resulta de os livros serem remetidos à consignação, e não em conta firme, por Rolland, para o Brasil. O apuramento das contas era moroso e difícil, com a devolução das sobras de livros que não se tinha podido vender.

O fato de existir um único livreiro de profissão em São Paulo não significa que outras pessoas não vendessem livros — como ocorria com a mercadoria que o mesmo agente Fonseca enviara a certo *cura d'almas*, o padre Manuel Teixeira — segundo parece, de difícil prestação de contas — o que veio a ocasionar um conflito: "*Para eu explicar a V. Mercê o que tenho passado, até à presente conclusão, seria necessario hum quaderno de papel; porem só lhe digo, o Padre hé o diabo, e foi mais que o Gama na India, apezar dos disgustos porque passei, por causa de semelhante, infernal cobrança, tendo prezentemente o dito Padre huns poucos de mil cruzados de seo, pela tosquia que tem feito a ovelhas de sua Parochia*". Esses livros eram vendidos a crédito, mediante declaração de dívida passada pelo Pe. Teixeira, beneficiando este de desconto de 10% no caso de vender toda a mercadoria que lhe havia sido entregue, sem vencimento de juro pelo tempo da dívida.

O mercado livreiro terá assim de ser encarado, quanto à efetiva rede de distribuição, e no caso concreto de São Paulo, a uma luz diferente, que vem ampliar bastante as perspectivas sobre o ambiente cultural paulista. O aspecto da difusão do livro, pela compra, por parte dum público interessado, representa apenas uma pequena parcela do processo

da circulação bibliográfica. Ao tempo, eram importantes outros meios paralelos para atingir essa finalidade: a permuta privada; o empréstimo, com base nos ricos e atualizados acervos de algumas bibliotecas de instituições religiosas da cidade, com fundos bibliográficos da Ilustração, Jansenismo e Regalismo, que já prenunciavam os futuros "gabinetes de leitura"; finalmente, à margem dos circuitos *legais*, a circulação de livros proibidos, que sabemos ter sido intensa na época, com tudo o que isso potencialmente representa de meio de irradiação ideológica da Maçonaria, do Liberalismo, da Revolução Francesa e das doutrinas libertárias e autonomistas. Mas essa é outra questão, de que não nos ocuparemos agora.

Em qualquer caso, porém, para se avaliar a natureza dos livros que chegavam ao Brasil, importa não perder de vista o que, na mesma época, se passava em Portugal.

Maria Adelaide Salvador Marques, num estudo sério em que recolhe boas achegas sobre a difusão setecentista das idéias francesas em Portugal, refere que os livreiros iam introduzindo no país as obras de Locke, de Hobbes, e facultando a difusão dos *enciclopedistas*, com Voltaire, Rousseau e Diderot, e dos *ateístas* com d'Holbach, Helvécio, e bem assim de muitos anônimos que, de Londres e Amsterdão, disseminavam as doutrinas que antecederam a crise violenta da Revolução. (12) Daí, o Tribunal da Mesa Censória, para o exame e censura de livros, criado em 1768 — cuja competência e atuação, branda e ineficaz no caso de São Paulo, oferece muito interesse para compreendermos a situação cultural do Novo Mundo.

Elucidativo, para situar o ambiente intelectual da época, é o testemunho sobre as perspectivas favoráveis do negócio livreiro, dado por outro agente de Rolland no Rio, comerciante de *grosso trato*, o Capitão Antonio Luis Fernandes. O público interessa-se por "livros fora do comum" além de obras de religião (missais, breviários, horas latinas), estas decerto destinadas ao numeroso clero da cidade.

Fernandes, em carta de 22.9.1795, anima Rolland a ampliar as remessas: "*Se V. Mercê quizer mandarme por sua conta hum bom sortimento de livros... não deixará de fazer-lhe boa conta, e se o fizer cuidado que se não arrependará*".

Fonseca agia, em São Paulo, com relativa autonomia de Fernandes, no Rio. Ambos mantinham diretas relações com a casa matriz, como se verifica por este passo da carta do primeiro: "*Das tres caixas de livros que V. M.^e remeteo pelo Rio de Janeiro para Antonio José Dias Coelho*" (talvez este fosse livreiro, ou outro sub-agente, em São Paulo) "*já avizei*

(12) MARQUES, Maria Adelaide Salvador. *A Real Mesa Censória e a cultura nacional*. Aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII. Coimbra, 1963.

a V. M.^e que a mayor parte delles, ficarão no Rio de Janeiro, em poder do Cap.^{em} Antonio Luis Fernandes, e inda não sei, se ja os vendeo, ou a V. M.^e remeteo (...), o que for se verá que o dito hé muito honrado e Negociante grosso daquela Praça”.

Como contraprova dos interesses do público leitor, podemos verificar, pelas sobras devolvidas para Portugal (em preços, cerca da quinta parte do montante da mercadoria importada) o que era aqui rejeitado, ou, pelo menos, por excesso do envio, não totalmente consumido: obras de clássicos, como de Sá de Miranda, e *Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro; a *Biblioteca Lusitana* de Barbosa Machado; *Instruções sobre a Lógica* do oratoriano Manuel Álvares; livros de história e de espiritualidade (inclusive os de devoção, então crescente, ao Sagrado Coração de Jesus) e os próprios *Adágios da Língua Portuguesa* de que Rolland fora o autor-compiler.

Os modos como o livro se difundia e comercializava, no Brasil dos fins de Setecentos, os vários círculos de leitores, as curiosidades intelectuais e as preferências do gosto que um novo público manifestava, são temas ainda insuficientemente averiguados, não obstante o seu maior interesse para a história das mentalidades e da Cultura brasileira em geral.

Para só aludir a uma fonte inexplorada, que nos traz revelações sobre a diversidade dos circuitos de comercialização: — pelos anúncios publicados na *Gazeta de Lisboa* podemos comprovar (em 5.9.1754 e 23.10.1755) as formas de venda de livros no Brasil e em Portugal, que não passavam por livreiros.(13)

Aliás, o aproveitamento sistemático destas preciosas informações, extraídas da incipiente imprensa portuguesa, permite compreender melhor o efetivo relacionamento cultural entre os dois países, nesta época. A repercussão, no meio social português, dos acontecimentos culturais referentes ao Brasil, que a *Gazeta* registrava, e bem assim o prestígio de autores brasileiros, é um fato de inegável alcance.

Em outro sentido, o exame da produção dos prelos lusitanos, editando textos referentes ao Brasil, ou de autores aqui nascidos, merece devida atenção.

Cingindo-nos sempre aos Rolland, foi de seus famosos prelos que saiu o 2.^o Tomo de uma obra cuja funda repercussão na opinião pública a *Gazeta de Lisboa* acusava: o *Thesouro dos Pregadores* do futuro Bispo do Maranhão, Fr. Antonio de Pádua e Belas, personalidade de relevo literário e cultural da época.

(13) ALMEIDA, M. Lopes. *Notícias históricas de Portugal e Brasil: 1751-1800*. Coimbra, 1964. p. 43-57.

A título de exemplificação significativa, na *Typographia Rollandiana* foram editados, em 1820 e 1821 respectivamente, um texto que tivera o efeito de um rastilho revolucionário ibérico, a *Constituição Política da Monarchia Hespanhola promulgada em Cadiz em 19 de Março de 1812*, e, no que toca ao Brasil, um folheto, de 8 páginas, que foi peça importante nos destinos da jovem nação, a *Carta que a Junta Provisional do Governo da Província da Bahia, dirigio ao mui Alto e mui Poderoso Rei Sr. D. João VI*.

Interessaria assim apurar, através das produções literárias e demais documentação disponível, o significado último das atuações desenvolvidas, das afinidades ideológicas, das relações que entre editores portugueses e círculos de políticos, intelectuais e homens de negócio brasileiros se foram estabelecendo, com sua definição de interesses específicos, nos vários domínios — culturais, literários, econômicos e políticos.

LIVROS PARA SE LANÇAREM AS PARTIDAS DE RECEITA E DESPESA DO COFRE DA REAL MESA CENSÓRIA. 1775-1793, 2 vols.

Cota: Fundo Geral do Erário Régio, Arquivo do Tribunal de Contas, Lisboa, Ms. 841 e 842.

Obs.: O 1.º Vol. começa: "Este Livro que he chamado Livro do Cofre hade servir pa. se lançarem as Partidas de Receita e Despesa dos Rendim^{tos}. desta Real Meza Censoria o qual contem cento e noventa e tres folhas", sendo o termo de abertura lavrado em 15 de julho de 1775 pelo Deputado Ordinário Fr. Francisco de Sta. Anna. (387 fols).

O 2.º Vol. começa: "Este Livro chamado o Livro Segundo do Cofre hade servir pa. se lançarem as Partidas de Receita e Despesa dos Rendim^{tos}. desta Real Meza Censoria o qual contem duzentas e setenta e cinco folhas (...) em fé do que fiz este Termo em Lx^a. 20 de Junho de 1785", assinando o Deputado Extraordinário Antonio de Sta. Martha Lobo da Cunha (552 fols.).

O papel histórico da Real Mesa Censória, relativamente ao Brasil, está ainda por estudar, não obstante sua relevância para a compreensão do fenómeno do desenvolvimento da vida intelectual neste País, no último quartel do séc. XVIII. (14)

(14) Veja-se, sobre este assunto, a recensão que publicamos na *Revista da Faculdade de Educação da U.S.P.*, Vol. 3, n. 1, (1977), pp. 61/62: "Inventário do Fundo Geral do Erário Régio, Arquivo do Tribunal de Contas — por Alzira Moreira Leite. Lisboa, 1977" e, ainda, o nosso citado artigo "A vida intelectual em São Paulo no Século XVIII: dados para uma revisão histórica", in "Suplemento Cultural", n.º 70 de *O Estado de S. Paulo*, 19/2/78. Para dados gerais sobre a Instituição: cfr. de Maria Adelaide Salvador Marques o já citado estudo *A Real Mesa Censória e a Cultura Nacional. Aspectos da Geografia Cultural Portuguesa no Século XVIII*, Coimbra, 1963.

O critério seguido para a reprodução fotográfica do material foi o de — em relação a fundos documentais de extrema importância, como no caso presente — microfilmar integralmente o códice. É impossível prever qual o ângulo que virá a interessar ao investigador futuro, no aproveitamento da documentação, dado que esta se prende a uma variada gama de aspectos de natureza cultural, ideológica, política, social, econômica, financeira e administrativa da poderosa Instituição ao serviço do Regalismo de então.

LIVRO DE REGISTRO DE INFORMAÇÕES (PRESTADAS AO TESOUREIRO-MOR DO ERÁRIO RÉGIO D. RODRIGO DE SOUSA COUTINHO, ACERCA DOS REQUERIMENTOS DOS PROFESSORES DE PERNAMBUCO PELO BISPO DA MESMA DIOCESE) 1803. Cota: F^{do}. G. do Erário Régio, T.C., Ms. 890: 4/5/6, (221 fols.).

Como já afirmamos, ao referir a importância destes 3 códices, para a história da Educação no Brasil: “De interesse verdadeiramente surpreendente pelos informes que presta sobre a rede escolar de ensino duma região brasileira, provimento de professores, registros biográficos destes e suas reivindicações, são, por exemplo, os Livros de registro e de informações (acerca dos requerimentos dos professores de Pernambuco) 3 vols.; por estes relatórios, de tal modo objetivos, minuciosos e esclarecedores, poder-se-á reconstituir, quer nos parecer, em novos moldes, a vida pedagógica e cultural pernambucana”.(15) As informações do bispo D. José, de 12 de março, 4 de abril e 3 de agosto de 1803, indicam as cadeiras (57) providas e vagas das comarcas de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Ceará, os nomes dos professores e períodos de serviço, as verbas que, a título de ordenados, estes recebiam pelo ensino elementar (ler e escrever) e da Filosofia, Retórica, Grego, Latim, no Recife, Boa Vista, Cidade de Olinda, Villa da Goyana, etc. Incluem-se numerosos mapas, elementos estatísticos e notas sobre a deficiente administração do Subsídio Literário no Brasil. Alguns destes dados são extratados de documentação anterior, como no caso: “Este mappa foi extraído dos proprios Livros, e Papeis pertencentes ao Ultramar, que achei na Secretaria da extinta Meza da Comissão, quando fui mandado por Ordem de S.A.R. tomar conta delles (...). Lx, 28 de Fevereiro de 1798 — Fr. Joaquim de Sta. Clara. D. José, Bispo de Pernambuco, Eleito de Braga e Miranda”.

(15) OS ARQUIVOS a serviço da História. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 out., 1977. Suplemento Cultural, 52.

CAEIRO, Francisco da Costa. Para uma história da Educação brasileira: perspectivas duma pesquisa histórico-pedagógica (a propósito de um novo acervo documental), *Rev. Fac. Educ.*, São Paulo, 4(1): 35 a 61, 1978.

LIVRO DE ASSENTAMENTO DE ORDENADOS DE PROFESSORES RÉGIOS DE RETÓRICA, LÓGICA, GRAMÁTICA LATINA E GREGO. Cota: Fundo Geral do Erário Régio, Arquivo do Tribunal de Contas, Lisboa, Ms. 4990, Cofre 9, (255 fols.).

Obs.: Começa: "Este Livro hade servir pa. a Folha dos ordenados pertencentes à Diretoria Geral dos Estudos, e tem seu principio em 1.º de Janeiro de 1763".

Trata-se do movimento pedagógico dos principais centros portugueses, efetuado pelo Diretor-Geral dos Estudos, D. Tomás de Almeida, indicando o número de professores titulares e substitutos, datas em que exerceram o ensino, suas faltas, quantitativos dos ordenados, e quitação respectiva (com assinaturas autógrafas).

Dado que decorria simultaneamente um sistema de ensino para o Brasil, com diretrizes dimanadas pelo mesmo órgão coordenador — a Diretoria-Geral dos Estudos — e existindo legislação que pedagogicamente integrava numa única orgânica o Reino e o Ultramar, parece indispensável proceder a estudo de ordem paralela entre o que se passava em Portugal e no território brasileiro, sob pena da incompreensão do sistema pedagógico que neste último vigorava.

Só muito recentemente foi avaliada a importância da projeção no Brasil das diretrizes pedagógicas de D. Tomás de Almeida, com a revelação de valiosa documentação inédita: está saindo dos prelos da Ed. Saraiva (S. Paulo) o estudo fundamental de Antonio Alberto Banha de Andrade *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários no Brasil (Rumos da primeira fase — 1759 a 1771 — segundo a correspondência do Diretor-Geral e seus colaboradores)*. Os presentes códices, completando a documentação abrangida pela pesquisa de Andrade, tornam possível o aprofundamento do estudo da orgânica escolar da época, sua estrutura comum e matizes diferenciais entre Portugal e o Brasil.

LIVRO DE REGISTRO DE DECRETOS E AVISOS DE SUA Magestade EXPEDIDOS À JUNTA DO SUBSÍDIO LITERÁRIO, 2 vols.

Cota: Fundo Geral do Erário Régio, Arquivo do Tribunal de Contas, Lisboa, Ms. 3939, (353 fols.) e Ms. 3940, (26 fols.).

Obs.: Trata-se dos textos legislativos fundamentais que regiam a orgânica do ensino primário e secundário, na segunda e decisiva fase da Reforma Pombalina, que se inicia em 1772.

Intitula-se: "Livro Primeiro que hade servir na Contadoria da Fazenda do Subsídio Literario, para registro dos Decretos e Avizos de Sua Magestade expedidos à Junta do d.º Subsídio; (...) Lisboa, 11 de Dezembro de 1772" e começa (fl. 2): "Ley por

que Sua Magestade foi servido acorrer aos funestos estragos das Eschollas menores fundando-as de novo; e multiplicando-as nos seus Reinos e em todos os seus Domínios de baixo da Inspeção da Real Mesa Censoria". A fls. 8, o "Mappa dos Professores e Mestres das Escolas Menores e das terras em que se achão estabelecidas as suas Aulas neste Reyno de Portugal e seus Domínios" — abrangendo nos professores de ler, escrever e contar, e de Gramática Latina, aqueles que ensinavam no Brasil.

Constitui um manancial precioso de documentação, com a cópia de todas as providências legislativas em vigor, permitindo discernir, no âmbito do Subsídio Literário, as "políticas" de ensino que se aplicavam, por semelhança e diferença, a Portugal e ao Brasil — estudo comparativo que ainda não foi tentado, não obstante a achega fundamental sobre o tema que é obra de Laerte Ramos de Carvalho *As Reformas Pombalinas da Instrução Pública*, S. Paulo, 1952, com 2.^a edição: Ed. Saraiva, S. Paulo, 1978. Veja-se também, no "Prólogo" desta última edição, a págs. 11-23, o ensaio de nossa autoria, em que procuramos fundamentar, à luz duma atualizada metodologia histórica, a relevância da pesquisa a emprender nesta área de estudo.

Do 2.^o Vol. (cota 3940), de âmbito mais restrito, extractamos apenas algumas consultas e reclamações dirigidas à Junta do Subsídio Literário, referentes à Capitania de S. Paulo, a partir de 19 de dezembro de 1803 e, bem assim, o balanço de receita e despesa do Subsídio Literário na mesma Capitania, de 1799/1800 até 1804.

LIVRO DE REGISTRO DAS ACTAS DAS SESSÕES DO SUBSÍDIO LITERÁRIO, 1785-1794.

Cota: Fundo Geral do Erário Régio, Arquivo do Tribunal de Contas, Lisboa, Ms. 3949 (157 fóls).

Obs.: Inclui respostas a consultas da Real Mesa Censória, sobre questões de ensino no Brasil, designadamente a nomeação de professores em várias localidades da Capitania da Bahia, como Recife e Porto Seguro (aqui, um litígio em torno de uma substituição na cadeira de Gramática Latina).

LIVRO DE ASSENTAMENTO DE ORDENADOS DE PROFESSORES RÉGIOS

Cota: Fundo Geral do Erário Régio, Arquivo do Tribunal de Contas, Lisboa, Ms. 4989, Cofre 8, (215 fóls).

Obs.: É a conta-corrente dos anos de 1759-1762, prestada pelo tesoureiro que serviu na Diretoria-Geral de Estudos. Uma vez que data de 1759 o início da Reforma da Instrução Pública, de Pombal, tem particular relevância acompanhar a análise, através do movimento financeiro da primeira fase de execução daquele plano pedagógico. Num acrescento, registra-se também a folha de pagamentos dos

professores régios, entre os anos de 1763 e 1768, com verbas efetivamente despendidas.

RELAÇÃO DAS CARTAS DE SERVIÇO QUE PARA O ILL.^{mo} E EX.^{mo} SR. MARTINHO DE MELLO E CASTRO (...) SE ESCREVERAM POR ESTA SECRETARIA DE S. PAULO (...) PELO GOV.^r E CAP.^{am} GEN.^{al} D. LUIS ANTONIO DE SOUSA EM JUNHO DE 1774.

Cota: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Caixa 23, n. 2666 (109 fols.).

É processo importantíssimo, já conhecido de alguns pesquisadores brasileiros, mas jamais considerado, que saibamos, à luz da história da Educação, não obstante o relevo da atuação pedagógica exercida pelas duas figuras intervenientes no litígio: D. Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão, o famoso Governador de São Paulo Morgado de Mateus, e o 3.^o bispo da diocese, o franciscano D. Manuel da Ressurreição.

O processo abunda em dados preciosos respeitantes a São Paulo, de natureza demográfica, administrativa, religiosa, — nomeadamente sobre a situação eclesiástica da diocese, as freguesias anteriormente existentes e as fundadas de novo, o nível e a atuação apostólica e cultural do clero (a “Relação das Igrejas Colladas que ha neste Bispado” apresenta elementos valiosos sobre o estado das freguesias, populações, com esclarecimentos sobre os párocos e o ensino). Do requerimento do Governador (anexo n.^o 1) infere-se que, no palácio do Governo, nas instalações do antigo Colégio dos Jesuítas que o Bispo reivindicava para seu Paço, “havia Casa da Geometria, adonde se ensinava, e se delineavão os Mapas”. Ao assunto alude a Prof.^a Heloisa L. Bellotto, salientando a falta de documentação sobre o funcionamento desta aula, que a autora supõe precário. (16)

Também, nas mesmas instalações governamentais funcionavam, segundo informação de 16.4.1770, “as Aulas de Estudos que devem reservar-se para as Escolas dos Mestres, e professores que, na conformidade da Ley, hão de ser nomeados pela Meza Censoria para o ensino da mocidade dessa Capitania (...)”.

É de salientar o interesse desta documentação para um capítulo que está por estudar, sobre a cultura e a educação musical em São Paulo, no último quartel do séc. XVIII. O anexo n.^o 4 (13.6.1774), relatando

(16) Na sua tese de doutoramento (texto policopiado) BELLOTTO, Heloisa L. *O governo de Morgado de Mateus: primórdios da restauração da capitania de São Paulo, 1765-75*. Tese de doutoramento. São Paulo, USP, FFLCH, Departamento de História, 1976. 460 p.

polêmica entre o Governador e o Bispo, na questão do provimento do Mestre de Capela — revela o mecenatismo, o gosto e a aceitação de padrões italianizantes, tanto na música profana com os primeiros ensaios de Ópera, como na música sacra barroca, embora os mestres (à semelhança do que sucedia na Capitania de Minas Gerais) já fossem “gente da terra”: vários nomes de “professores de Muzica, providos das melhores solfas de bom gosto do tempo presente (que) ensinarão logo varios triples e compuzerão hum coro que se podia ouvir (...)”.

Elementos para a história do gosto e sensibilidade popular: o povo admira “aquellas vozes Italianas, e aquelle estilo elevado que na Patriarcal, e em Roma, faz a admiração de todos” e prefere a música instrumental ao cantochão gregoriano, executada por filhos da terra, como no caso de certo Manso, cuja cor escura teria levantado reparos, que o Governador refuta. O bispo trouxe consigo outro Mestre de Capela e “fez prohibir em todas as Igrejas que não se admitisse o dito Manço com o motivo de que era Operario e mulato, e que a sua Muzica era de Violinos; sendo que o dito Manço nem consta que seja mulato, nem o parece nas cores, nem ainda que o fosse, se lhe devia imputar este defeito em virtude das novissimas Leys de Sua Magestade. Nem o ser Operario lhe pode servir de defeito, porque isto mais he hum divertimento que eu conservo quasi todo a custa da minha bolça, do que huma Caza da Ópera formal, e fomentada pelo Povo”. Um simples trecho como este será susceptível de inaugurar um estudo, sobre os primórdios da história da Música em São Paulo, cuja importância parece desnecessário salientar.

Uma das linhas de pesquisa que parece mais fecunda, no estudo da Educação brasileira, será a de tentar compreender, — a par, e para lá, dos dispositivos legais — o que na realidade se passava, quais os efetivos recursos para a instrução popular. Torna-se improcedente considerar apenas os mestres régios da época, para avaliar dos meios pedagógicos locais, e aceitar que *toda* a instrução se processava por seu intermédio (idéia errônea que se registra em alguma historiografia sobre a realidade cultural brasileira).

O papel das entidades e corporações religiosas no ensino, exercido em vias paralelas à estrutura oficial das escolas régias, por vezes contrariado e combatido pelos mecanismos do Estado regalista, está ainda mal averiguado, oferecendo a presente documentação abundante material para esse estudo: por exemplo, a obrigação que tinha o Mestre de Capela de ensinar, nas diversas freguesias, “a todos os que forem capazes, como também meninos, a ler escrever e contar (...)” (doc. de 22.12.73), — além de outras situações pedagógicas relevantes, como a que adiante se menciona.

OFÍCIO DE FREI MANUEL DA RESSURREIÇÃO PARA MARTINHO DE MELLO E CASTRO EXPONDO OS ABUSOS QUE SE PRATICAVAM NO CAMPO RELIGIOSO, DE 20 DE MARÇO DE 1776.

Cota: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Caixa 24, Ms. 2724 (10 fols).

Obs.: A propósito da utilização abusiva de escravos, por religiosos, o bispo refere que Carmelitas Calçados e Franciscanos "costumam instruir" os índios, nas aldeias destes, na Catequese "por catecismos na Língua delles": elementos para o estudo da orientação pedagógica nativista das Ordens religiosas em São Paulo; a integrar, designadamente, com o exposto no anterior Ms. 2666, anexo 6, sobre as aldeias do Padroado Real, que estavam providas com Franciscanos, Carmelitas e Beneditinos.

OFÍCIO DE FREI MANUEL DA RESSURREIÇÃO INFORMANDO TER EMPREGADO NO SERVIÇO DAS PARÓQUIAS TODOS OS ECLESIASTICOS SECULARES E REGULARES, PEDINDO AUTORIZAÇÃO A D. MARIA I PARA ORDENAR DEZ ESTUDANTES. 16 DE SETEMBRO DE 1777.

Cota: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Ms. 2786 (5 fols).

Obs.: Inclui também uma queixa contra o Governador General de São Paulo.

CARTA DO DESEMBARGADOR E OUVIDOR DA COMARCA DE S. PAULO SOBRE O INVENTÁRIO DO ESPÓLIO DE FREI MANUEL DA RESSURREIÇÃO. 24 DE FEVEREIRO DE 1790.

Cota: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Ms. 3278 (32 fols).

Obs.: Em anexo o auto de inventário (traslado oficial) de 21 de fevereiro de 1790, com extenso rol de livros da biblioteca do bispo. (17)

Que livros eram lidos na capital paulista? Quem os lia, que elites estavam interessadas na leitura, no último quartel do século XVIII?

A resposta ao inquérito não é fácil, mas a dificuldade não poderá, só por si, eximir o esforço de esclarecimento, mesmo de antemão sabendo-se que este para tanto demandará uma árdua pesquisa, a prosseguir por diferentes vias, utilizando documentação de diversa natureza, parte da qual se encontra no Estrangeiro.

(17) A importância do estudo dos inventários das livrarias existentes em São Paulo — tanto as seculares, como as pertencentes ao bispo, aos Jesuítas Franciscanos, Carmelitas, Beneditinos, foi já por nós sublinhada, nos citados artigos de *O Estado de S. Paulo*, que foram agora parcialmente aproveitados neste estudo: de 19/2/78 "A vida intelectual em São Paulo no Século XVIII: dados para uma revisão histórica" e em 12/3/78 "Primórdios da vida intelectual em São Paulo. Livros e livreiros no século XVIII".

Deixando agora de lado um dos principais intervenientes no circuito — os agentes da comercialização desses livros —, podemos avançar algumas observações, a título de exemplo significativo, sobre a importância na época da biblioteca do bispo de São Paulo, e dos usuários desta, e, ainda no que toca à circulação de livros proibidos, à levedação de cultura e de preocupação de espírito que assumiam aqui os contornos mais precisos duma consciência nacional.

O bispo em referência havia sido o terceiro da diocese, o franciscano Manuel da Ressurreição, cujo governo decorrera desde a tomada de posse, por procuração, do bispado em 1772 (com a entrada solene, em São Paulo, dois anos mais tarde) até falecer, em 1789 — data que coincide com um marco importante, o da Revolução Francesa. Personalidade interessantíssima, cuja efetiva atuação cultural se encontra ainda insuficientemente estudada — não obstante a preciosa documentação inédita existente em arquivos portugueses e romanos — o bispo dispunha duma biblioteca avultadíssima, composta por mais de milhar e meio de volumes, de que hoje se conhece o inventário. O *simples fato de existir, de em certo momento se ter constituído* — uma biblioteca de tal magnitude na capital paulista, no século XVIII, desperta desde logo a nossa curiosidade. (18)

Desempenhando as livrarias, por via de regra, uma função ativa de cultura, (ao menos no momento de sua gênese, na fase em que alguém põe em prática a intenção de as constituir), com maior ou menor grau de eficácia e irradiação, importaria conhecer, no caso concreto da biblioteca episcopal, em relação a um dado período, quaisquer indícios da efetiva influência daquela, qual o âmbito dos seus beneficiários.

Ainda que até agora não tenhamos satisfatoriamente apurado qual a origem das diferentes obras que a integravam (e será esse porventura um ponto importante a esclarecer quanto à procedência, aos donos anteriores, às vias por que aquelas chegaram até ali), depara-se-nos logo, a um primeiro exame, a existência de um núcleo bibliográfico característico da Ilustração, do Regalismo e do Jansenismo, com larga representação da cultura predominantemente considerada a mais avançada e “esclarecida”. Isso pode sugerir um relacionamento com a formação *iluminista* do bispo, do homem que fora designado, e mesmo escolhido propositadamente, para desempenhar (tal como ocorria com outros seus coetâneos no Episcopado do Brasil) o papel de fiel executar das diretrizes pombalinas, no que

(18) Sobre o inventário da biblioteca episcopal, por morte de D. Manuel da Ressurreição, consulte-se o estudo importante de: ELLIS, Myriam. *Documentos sobre a primeira biblioteca pública oficial de São Paulo*. São Paulo, 1957. Separata de *Revista de História*, São Paulo (30):387-447, 1957.

tangia à política entre Estado e Igreja, e às questões suscitadas em seguimento à expulsão dos Jesuítas, nomeadamente as referentes ao Ensino.

Ressurreição era um homem em inícios de carreira política, saído dos círculos do Pombalismo. Antes da transferência para o Brasil, fora colaborador, como deputado extraordinário, do órgão superior executivo, — de orientação e planificação — do sistema cultural e educativo vigente, a Real Mesa Censória. E, conforme se documenta pela correspondência do bispo, mesmo em São Paulo, ele continuou ligado ao Ministro Pombal e a Manuel do Cenáculo, o poderoso presidente daquela instituição.

A composição do rol não deixa dúvidas quanto a uma das finalidades do acervo bibliográfico, — a docente: pelo número repetido de obras — de “jogos” —, se infere que elas se destinavam, em alguma parte, a alunos que freqüentariam o Seminário, após a reabertura deste, em 1775, nas antigas instalações dos Jesuítas, no Pátio do Colégio. Foi já admitido, pelo douto investigador Pe. Serafim Leite, terem as espécies procedido do sequestro aos Jesuítas e assim constituído a livraria episcopal. O asserto, que não é de excluir liminarmente, carece de mais detida averiguação, pelo exame sistemático das marcas de posse, e de outros indícios de identificação, ao menos relativamente àquela parte dos livros que ainda hoje subsiste.

Por outro lado, importa corroborar a origem de alguns livros proibidos, cuja presença na biblioteca seria explicável em resultado da atividade fiscalizadora e de apreensão, por parte do bispo, no uso de atribuições que, sabemos, ele estava empenhado em exercer aqui, como Inspetor dos Estudos em São Paulo, dentro da orgânica legal prevista para a Mesa Censória.

Finalmente, ainda por outra via, seria de averiguar quais dessas obras tinham sido diretamente adquiridas pelo bispo, quer as que consigo chegariam, na bagagem, à vinda, quer as que mais tarde lhe teriam sido enviadas de Portugal, em diferentes épocas, pelos seus correspondentes, à semelhança do que ocorria com outro franciscano seu contemporâneo, D. João Pereira Evangelista, Bispo do Pará, cujas remessas denotavam, eloqüentemente, o desejo de se conservar a par dos movimentos da Igreja e da política cultural.

Acerca do ambiente intelectual da cidade, ficou-nos um depoimento elucidativo de Ressurreição, quanto a livros e papéis proibidos que, entre paulistas, circulavam às escâncaras — isto, em 22 de junho de 1774:

“Achei, que nesta Capitania, se não deu cumprimento aos Alvarás de S. Magestade, e aos editaes expedidos por essa Real Meza, que prohibem o uso, e retenção de livros por ella reprovados; de sorte que os livros, a que chamamos de Estado, que se não permite licença delles a pessoa

alguma por mais privilegiada, que seja, se conservão nas livrarias com muito sucesso (...)". A situação não se modificou sensivelmente, pois, decorridos cerca de dois anos, ainda o bispo podia informar: "*Conservão-se todos os livros prohibidos por ella (a Real Mesa Censória), e os mesmos de Estado, não só nas bibliotecas das Ordens Regulares, mas também nas casas de seus habitantes (...)*".

A difusão de livros proibidos no século XVIII (os quais, sabemos, revelavam freqüentemente em suas páginas as idéias revolucionárias francesas) foi na época mais reprimida em França do que em Espanha e em Portugal — como afirma G. Gusdorf, numa obra fundamental: *Les Principes de la Pensée au Siècle des Lumières*.

Por outro lado, João Pedro Ribeiro, nas suas *Reflexões Históricas*, t. I., aludindo ao panorama do ensino superior em Portugal, no último quartel do século XVIII, narra dois episódios que, descontadas as distâncias e diferentes condicionalismos das duas margens atlânticas, ajudam a compreender a permissibilidade da época. Conta ele que alguém lhe pedira o *Índice das Obras Proibidas* pela Real Mesa Censória "*para com ellas abastecer a sua livraria*"! E que um bacharel, recém-chegado do Ultramar, havia abandonado seus livros num caixão, na alfândega, e que "*nenhum dos livros deixava de ser dos proibidos*". Embora não passe de presunção por comprovar, é bem provável (até pela forte corrente migratória de gente diplomada, nesta época, entre o Reino e o Brasil) que esse recém-chegado tivesse partido deste país...

Mas o que se passava no Brasil? — Como se refletia aqui, com sua fenomenologia própria, a situação decorrente da Europa?

Eduardo Frieiro, em 1945, num ensaio erudito que já se tornou uma obra clássica — *O Diabo na Livraria do Cônego* — foi talvez o primeiro a levantar uma ponta do véu, a propósito dos intelectuais de Vila Rica, que "leram — como o autor conclui — tudo o que quiseram ler". Por aí se reconstitui facilmente a surda efervescência política, as mais vivas inquietações de cultura, os anseios liberais do círculo mineiro. Por pano de fundo desta cena, a movimentação intensa de livros proibidos que andavam de mão em mão, a permuta de idéias, as reuniões; — e, como sustentáculo dessa cultura, sua orgânica base de apoio, estavam naturalmente as bibliotecas. São conhecidos os recheios de algumas bibliotecas bem guardadas: não apenas no caso, mais estudado, dos "inconfidentes" Cônego Luís Vieira da Silva, de Cláudio Manuel da Costa, de Inácio José de Alvarenga Peixoto, ou ainda do Coronel José de Resende Costa, como também de outros, conforme temos vindo a coligir, em pacientes recolhas de autos de devassa, de inventários de sequestro e demais documentação da época.

Não é possível hoje, com algum rigor — tampouco o terá sido em qualquer tempo passado — avaliar do tomo e da celeridade dessa movimentação de idéias e de livros: tratava-se — apesar de toda a ineficácia duma autoridade distante e das complacentes branduras tropicais — dum arriscado processo de clandestinidade, em que o sigilo e a total eliminação de vestígios eram a lei, constituíam a mais estrita regra do jogo.

As aspirações sociais e políticas no Brasil setecentista, o movimento de idéias filosóficas, estéticas e literárias, os padrões do gosto moldados no Novo Mundo, o surto de sensibilidade e de consciência de grupo não se circunscreviam ao círculo mineiro da Inconfidência, antes se expandiam e inter-relacionavam por várias cidades, grupos e instituições, num curioso, diversificado e bem definido diagrama de geografia cultural, que um dia valerá a pena traçar: mas interessa agora somente a Capitania de São Paulo.

A utilização da livreria episcopal apareceu aqui como *um entre muitos outros* dados da questão a considerar.

Sem desejar por ora alongar mais este esboço, a traço largo, sobre o panorama setecentista de São Paulo, precisaremos ainda que a biblioteca desempenhou uma função especial nesta época — a de leitura pública: o aspecto, que supomos desconhecido, tem importância decisiva e merece um dia ser examinado em separado. A biblioteca servia fundamentalmente de apoio ao Seminário da Diocese, aos ordenandos e ao clero, e, de modo complementar, à satisfação de outras necessidades dos leigos.

Ainda aqui, também se não tem avaliado devidamente a função desempenhada tanto pelo Bispo, como pelo clero qualificado e com atribuições docentes, no quadro da instituição do Seminário. Neste se exercia uma importante ação, por vezes de modo indireto, de irradiação cultural e de atuação no ensino, junto da população. Uma vez, a título de meras explicações pessoais e isoladas — de gramática, de latim e latini-dade, de retórica, de grego, etc. — os sacerdotes mais habilitados tomavam por alunos os filhos de famílias abastadas, que geralmente pretendiam obter preparativos para ulterior acesso à Universidade. Conhece-se, porém, pelo menos um caso em que o Seminário, nesta época, na diocese do Grão-Pará e Maranhão, e por forma aceite, vinha ministrando regularmente aulas aos filhos da terra — medida que só veio depois a ser contrariada com a execução da Reforma Pombalina.

CORRESPONDÊNCIA SOBRE A PENDÊNCIA ENTRE O GOVERNADOR E O BISPO DE SÃO PAULO.

Cota: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Caixa 209, Ms. 3079/3080 (9 fols).

Obs.: Inclui resumos das cartas do Bispo de 7 de setembro de 1779, 5 de fevereiro, 18 de março, 15 e 20 de outubro de 1780, e, sobre a mesma contenda, do Governador contra o Bispo, dos anos de 1779, 1780 e 1781.

São acusações de parte a parte, mas que entretanto registram muitos dados de interesse histórico-cultural, como, por exemplo, os referentes às ordenações pelo bispo de estudantes, não só da Capitania de São Paulo, como da Capitania de Minas (Gerais), em número superior a duas centenas, o que não deixa de constituir um indício significativo do nível cultural.

OFÍCIOS DO GOVERNADOR E CAPITÃO-GENERAL DA CAPITANIA DE SÃO PAULO, MARTIM LOBO SALDANHA, PARA O MINISTRO E SECRETÁRIO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA MARINHA E DOMÍNIOS ULTRAMARINOS, MARTINHO DE MELLO E CASTRO, MANDADOS EM JUNHO DE 1780.

Cota: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Ms. n.º 2942 (14 fols).

Obs.: Constitui peça da acirrada contenda entre o Governo e a Diocese: comunica-se (ofício n.º 6) que a Junta da Arrecadação da Fazenda Real, ponderando sobre a disposição expedida pelo Tribunal do Real Erário, de 30 de junho de 1779, conviera que se deixasse de pagar ao Tesoureiro-mor e quatro cadeiras do Cabido, mas depois, sob a influência dos Cônegos, mudara de opinião e votara pela continuação dos pagamentos daquelas quantias. A essa resolução se opusera o Governador, consentindo apenas que fosse lavrado um termo em que ficasse registrada a decisão votada.

A compreensão do alcance real do litígio é imprescindível, para uma correta hermenêutica histórica e se avaliar das decisões que, em matéria do ensino, se estabeleciam na Capitania. Estas foram objeto de intencionais deformações, de onde resulta a necessidade de prestar atenção às circunstâncias mais gerais, que estariam na base de interpretações conflitantes, para as quais o historiador deve estar prevenido.

III

CONCLUSÕES

Sem desconhecer ou minimizar os méritos de numerosas obras no campo da história da educação brasileira, já publicadas, existe ainda por realizar, relativamente a extensos períodos, a grandes domínios, e até a figuras cimeiras — um amplo e prolongado trabalho de pesquisa em pri-

meira mão. Pode-se até afirmar, sem receio de erro, que a autêntica História da Educação Brasileira — na sua acepção mais dignificante, ou seja, a do tratamento científico e objetivamente imparcial desta matéria — ainda não foi feita.

A primeira fase desta nossa tarefa, que fica agora registrada, ao visar à obtenção de reproduções fotográficas de documentos históricos inéditos, existentes em arquivos portugueses, para com elas se constituir um núcleo especializado de documentação, teve presente um objetivo — o do apoio de futuras pesquisas na área da história das idéias e das instituições pedagógicas do Brasil.

Assim, com o material ora coletado — que se reputa de invulgar importância à luz da História da Inteligência Brasileira — se pretendeu, como intenção precípua, dotar a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (a cuja custódia foi confiada a documentação em apreço) dum acervo arquivístico que permita àquela atingir mais perfeitamente sua finalidade pedagógica, com vista à melhoria das condições de pesquisa e a facilitar a preparação de trabalhos acadêmicos originais na carreira docente, nomeadamente teses de Mestrado e de Doutorado.

